

RUA, ROSSIO, LARGO, MURALHA: A REQUALIFICAÇÃO DA CIDADE PORTUGUESA  
STREET, SQUARE, PLAZA, WALL: THE REHABILITATION OF THE PORTUGUESE CITY

José Belmont de Simões Pessoa

Tradução português-inglês:

Uma dimensão pouco discutida do projeto de requalificação é aquela que trata do espaço urbano. As questões relativas a recuperação de sítios urbanos históricos tem sido debatidas mais quanto aos aspectos que a musealização dos centros históricos e a espetacularização da cidade tem assumido no contexto da globalização e, menos, quanto ao possível papel que o projeto de intervenção contemporânea pode ter na requalificação do espaço público da cidade antiga. Pensar no centro histórico como uma parte funcional da cidade significa pensar o espaço urbano histórico além da sua possível caracterização como cenário do passado. O desafio é adequar este espaço às dinâmicas urbanas contemporâneas e ao mesmo tempo garantir a integridade física e imagética da cidade antiga. Nesta difícil dialética entre a vida urbana contemporânea versus a manutenção de estruturas arquitetônicas históricas é que reside a possibilidade de uma eficaz política de conservação dos centros históricos. O valor cultural do patrimônio está intimamente ligado a capacidade que estes artefatos tem em serem re-apropriados pela sociedade contemporânea. Todo o enorme conjunto de imóveis preservados não pode se tornar somente museu de si mesmos. São fundamentais os projetos de reciclagem e requalificação para um permanente processo de revalorização cultural destes imóveis.

Atualmente as grandes operações de transformação do interior das arquiteturas que compõe os centros históricos são objetos de duras críticas por parte dos técnicos da preservação. A conservação somente do invólucro, fachadas e coberturas, representa a descaracterização destes patrimônios, reduzidos a cenário para os voyeurs culturais contemporâneos. Afinal o que deve ser preservado nos centros históricos? O conjunto edificado, entendido na sua totalidade construtiva, espaços externos e internos, ou somente o espaço público (externo)?

É claro que subjacente a essa discussão está a diferenciação entre a preservação do monumento isolado e a preservação de conjuntos arquitetônicos. As áreas urbanas, objeto de preservação, devem ser entendidas, não como somatório de arquiteturas excepcionais mas como organismo complexo no qual as diferentes escalas arquitetônicas desempenham papéis distintos na estruturação da cidade. A idéia de arquitetura vernacular serve para definirmos a arquitetura civil urbana em um contexto semelhante à relação que as palavras têm com a língua, no nosso caso, a cidade. Os indivíduos arquitetônicos são as palavras que articulam a língua geral da cidade. A cidade como a língua tem uma vitalidade que comporta um processo de permanente mutação. Pretender a manuten-

Uma dimensão pouco discutida do projeto de requalificação é aquela que trata do espaço urbano. As questões relativas a recuperação de sítios urbanos históricos tem sido debatidas mais quanto aos aspectos que a musealização dos centros históricos e a espetacularização da cidade tem assumido no contexto da globalização e, menos, quanto ao possível papel que o projeto de intervenção contemporânea pode ter na requalificação do espaço público da cidade antiga. Pensar no centro histórico como uma parte funcional da cidade significa pensar o espaço urbano histórico além da sua possível caracterização como cenário do passado. O desafio é adequar este espaço às dinâmicas urbanas contemporâneas e ao mesmo tempo garantir a integridade física e imagética da cidade antiga. Nesta difícil dialética entre a vida urbana contemporânea versus a manutenção de estruturas arquitetônicas históricas é que reside a possibilidade de uma eficaz política de conservação dos centros históricos. O valor cultural do patrimônio está intimamente ligado a capacidade que estes artefatos tem em serem re-apropriados pela sociedade contemporânea. Todo o enorme conjunto de imóveis preservados não pode se tornar somente museu de si mesmos. São fundamentais os projetos de reciclagem e requalificação para um permanente processo de revalorização cultural destes imóveis.

Atualmente as grandes operações de transformação do interior das arquiteturas que compõe os centros históricos são objetos de duras críticas por parte dos técnicos da preservação. A conservação somente do invólucro, fachadas e coberturas, representa a descaracterização destes patrimônios, reduzidos a cenário para os voyeurs culturais contemporâneos. Afinal o que deve ser preservado nos centros históricos? O conjunto edificado, entendido na sua totalidade construtiva, espaços externos e internos, ou somente o espaço público (externo)?

É claro que subjacente a essa discussão está a diferenciação entre a preservação do monumento isolado e a preservação de conjuntos arquitetônicos. As áreas urbanas, objeto de preservação, devem ser entendidas, não como somatório de arquiteturas excepcionais mas como organismo complexo no qual as diferentes escalas arquitetônicas desempenham papéis distintos na estruturação da cidade. A idéia de arquitetura vernacular serve para definirmos a arquitetura civil urbana em um contexto semelhante à relação que as palavras têm com a língua, no nosso caso, a cidade. Os indivíduos arquitetônicos são as palavras que articulam a língua geral da cidade. A cidade como a língua tem uma vitalidade que comporta um processo de permanente mutação. Pretender a manutenção irrestrita de todo o conjunto edificado de uma cidade significa tratá-la como uma língua morta.

ção irrestrita de todo o conjunto edificado de uma cidade significa tratá-la como uma língua morta.

De fato, podemos constatar a carência de ensaios com conceituação suficiente para distinguir entre arquitetura erudita e arquitetura popular, entre valor de conjunto e valor singular, entre paisagem cultural e paisagem natural, entre traçado e tecido, entre o resultado de um projeto formalizado a priori e o resultado de uma intenção subjacente que ordenou um traçado implícito na idéia de cidade de uma determinada cultura. O preenchimento dessas lacunas passa necessariamente pela identificação dos processos históricos de construção e transformação da arquitetura vernácula urbana, inclusive de objetos que já se perderam. Arquitetura que representa os processos de continuidade da construção humana – o conceito vitruviano de “firmitas” traduzido para duração, não como a solidez da coisa e sim do tempo que se transforma em memória e deixa permanência no desdobrar-se da linguagem.

A expressão arquitetura vernacular surgiu entre os ingleses para distinguir o conjunto de edificações marcado por características locais, enquanto os italianos empregam o termo arquitetura menor para designar as construções privadas não monumentais, em geral sem a participação de arquitetos. Já os portugueses consagraram o adjetivo “popular” no conhecido trabalho publicado em 1961 (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES, 1980, 2 ed.). Elaborado entre 1955 e 1960, a partir de uma proposta do arquiteto Francisco Keil do Amaral, o “Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa” vai representar um divisor de águas na produção da arquitetura moderna daquele país. O Regime Salazarista pressionava o sindicato dos arquitetos para que estes definissem qual seria a “arquitetura nacional”, pensada no contexto da idéia da “casa portuguesa” defendida por setores intelectuais conservadores. A resposta dos arquitetos racionalistas dentro do Sindicato é o grande levantamento da arquitetura popular, ou seja, do povo, vista como resultado da racionalização ao longo do tempo das relações entre os homens e o seu meio ambiente. Não havia uma casa portuguesa, mas várias. O levantamento também indicava uma enorme qualidade estética na singeleza racional da arquitetura do povo. O racionalismo abstrato da arquitetura moderna vai encontrar no vernáculo popular da arquitetura portuguesa o reconhecimento da própria identidade e um enorme campo de especulação na produção da própria linguagem contemporânea (TOSTÕES, 2006). Esta mudança de rumos é fundamental para entendermos a obra contemporânea dos grandes arquitetos portugueses, mas

De fato, podemos constatar a carência de ensaios com conceituação suficiente para distinguir entre arquitetura erudita e arquitetura popular, entre valor de conjunto e valor singular, entre paisagem cultural e paisagem natural, entre traçado e tecido, entre o resultado de um projeto formalizado a priori e o resultado de uma intenção subjacente que ordenou um traçado implícito na idéia de cidade de uma determinada cultura. O preenchimento dessas lacunas passa necessariamente pela identificação dos processos históricos de construção e transformação da arquitetura vernácula urbana, inclusive de objetos que já se perderam. Arquitetura que representa os processos de continuidade da construção humana – o conceito vitruviano de “firmitas” traduzido para duração, não como a solidez da coisa e sim do tempo que se transforma em memória e deixa permanência no desdobrar-se da linguagem.

A expressão arquitetura vernacular surgiu entre os ingleses para distinguir o conjunto de edificações marcado por características locais, enquanto os italianos empregam o termo arquitetura menor para designar as construções privadas não monumentais, em geral sem a participação de arquitetos. Já os portugueses consagraram o adjetivo “popular” no conhecido trabalho publicado em 1961 (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES, 1980, 2 ed.). Elaborado entre 1955 e 1960, a partir de uma proposta do arquiteto Francisco Keil do Amaral, o “Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa” vai representar um divisor de águas na produção da arquitetura moderna daquele país. O Regime Salazarista pressionava o sindicato dos arquitetos para que estes definissem qual seria a “arquitetura nacional”, pensada no contexto da idéia da “casa portuguesa” defendida por setores intelectuais conservadores. A resposta dos arquitetos racionalistas dentro do Sindicato é o grande levantamento da arquitetura popular, ou seja, do povo, vista como resultado da racionalização ao longo do tempo das relações entre os homens e o seu meio ambiente. Não havia uma casa portuguesa, mas várias. O levantamento também indicava uma enorme qualidade estética na singeleza racional da arquitetura do povo. O racionalismo abstrato da arquitetura moderna vai encontrar no vernáculo popular da arquitetura portuguesa o reconhecimento da própria identidade e um enorme campo de especulação na produção da própria linguagem contemporânea (TOSTÕES, 2006). Esta mudança de rumos é fundamental para entendermos a obra contemporânea dos grandes arquitetos portugueses, mas também boa parte das intervenções novas que hoje estão inseridas nos centros históricos de Portugal. O Inquérito é portanto o marco inicial da relação privilegiada que as novas inserções tem nos projetos de reciclagem e requalificação da arquit-

também boa parte das intervenções novas que hoje estão inseridas nos centros históricos de Portugal. O Inquérito é portanto o marco inicial da relação privilegiada que as novas inserções tem nos projetos de reciclagem e requalificação da arquitetura antiga portuguesa.

Nosso tema porém não é a restauração ou requalificação arquitetônica em Portugal. E sim o que significa preservar o espaço urbano e como ele tem sido preservado em Portugal nos últimos anos? O que se quer aqui discutir é o projeto de requalificação dos centros históricos na dimensão do desenho, ou redesenho, conforme o caso, do espaço público - do largo, da rua, da praça. Isto não significa que antes de tudo para preservar o espaço urbano é necessário preservar as edificações que o delimitam. Além, é claro, dos elementos históricos de mobiliário urbano, de calçadas e de pavimentos quando estes ainda existirem.

E aqui começam nossos problemas. A maior parte de calçadas, pavimentos e mobiliário histórico, ainda existente, são herança das reformas do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Isto significa que em alguns casos são muito posteriores ao conjunto edificado que o cerca. De outra parte, o material de pavimentos antigos, as dimensões das calçadas e a eficiência das luminárias já não são compatíveis com a dinâmica urbana contemporânea de muitos dos centros históricos. Neste sentido acaba por vigorar mais o "registra e cobre" no tratamento dos revestimentos de ruas e praças.

Uma diretriz que por muitos anos esteve intimamente ligada a requalificação do espaço urbano, é a que diz respeito a pedonalização das ruas. A retirada do tráfego automotivo garantiria uma maior conservação dos conjuntos edificados nestas áreas e a rua sendo somente de uso dos pedestres, traria de volta a idéia do que era a dinâmica urbana da cidade antiga. A partir dos anos 1960 e 1970 os projetos de requalificação de centros históricos tinham sempre na pedonalização, uma de suas propostas. Todo um repertório de elementos - bancos, jardineiras, etc - vão fazer parte das novas ruas de pedestres circulando nas propostas de projetos nos centros históricos do mundo, implicando numa homogeneização pouco compatível com a idéia de identidade, que deveria ser subjacente ao patrimônio cultural dos diferentes povos.

Nos últimos anos porém, essa premissa projetual da requalificação de áreas urbanas históricas tem sido contestada. Seja pelo favorecimento a guetização das áreas centrais que em diversas cidades a pedonalização representou; seja pela descaracterização do desenho tradicional das calçadas e pistas de veículos que eram substituí-

etura antiga portuguesa.

Nosso tema porém não é a restauração ou requalificação arquitetônica em Portugal. E sim o que significa preservar o espaço urbano e como ele tem sido preservado em Portugal nos últimos anos? O que se quer aqui discutir é o projeto de requalificação dos centros históricos na dimensão do desenho, ou redesenho, conforme o caso, do espaço público - do largo, da rua, da praça. Isto não significa que antes de tudo para preservar o espaço urbano é necessário preservar as edificações que o delimitam. Além, é claro, dos elementos históricos de mobiliário urbano, de calçadas e de pavimentos quando estes ainda existirem.

E aqui começam nossos problemas. A maior parte de calçadas, pavimentos e mobiliário histórico, ainda existente, são herança das reformas do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Isto significa que em alguns casos são muito posteriores ao conjunto edificado que o cerca. De outra parte, o material de pavimentos antigos, as dimensões das calçadas e a eficiência das luminárias já não são compatíveis com a dinâmica urbana contemporânea de muitos dos centros históricos. Neste sentido acaba por vigorar mais o "registra e cobre" no tratamento dos revestimentos de ruas e praças.

Uma diretriz que por muitos anos esteve intimamente ligada a requalificação do espaço urbano, é a que diz respeito a pedonalização das ruas. A retirada do tráfego automotivo garantiria uma maior conservação dos conjuntos edificados nestas áreas e a rua sendo somente de uso dos pedestres, traria de volta a idéia do que era a dinâmica urbana da cidade antiga. A partir dos anos 1960 e 1970 os projetos de requalificação de centros históricos tinham sempre na pedonalização, uma de suas propostas. Todo um repertório de elementos - bancos, jardineiras, etc - vão fazer parte das novas ruas de pedestres circulando nas propostas de projetos nos centros históricos do mundo, implicando numa homogeneização pouco compatível com a idéia de identidade, que deveria ser subjacente ao patrimônio cultural dos diferentes povos.

Nos últimos anos porém, essa premissa projetual da requalificação de áreas urbanas históricas tem sido contestada. Seja pelo favorecimento a guetização das áreas centrais que em diversas cidades a pedonalização representou; seja pela descaracterização do desenho tradicional das calçadas e pistas de veículos que eram substituídos pelos novos pavimentos pedonalizados. Apesar de diversos projetos de requalificação de centros históricos recorrerem a rua de pedestres, estas já não gozam mais da unanimidade que tinham há três décadas atrás.

○ interesse em projetar o espaço urbano dos centros

dos pelos novos pavimentos pedonalizados. Apesar de diversos projetos de requalificação de centros históricos recorrerem a rua de pedestres, estas já não gozam mais da unanimidade que tinham há três décadas atrás.

O interesse em projetar o espaço urbano dos centros históricos muito deve ao trabalho pioneiro de Kelvin Lynch (*A imagem da cidade*, 1960) e aos diversos estudiosos percepcionistas que a partir dos anos 1960 passaram a estudar as qualidades espaciais de ruas e praças segundo a percepção dos seus usuários.

Em Portugal, no rastro do sucesso do *Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa*, o arquiteto Francisco Pires Keil do Amaral (filho do Keil do Amaral idealizador do inquérito) e o escultor José Santa-Barbara resolvem realizar em 1963/64 um "*Inquérito ao Equipamento Urbano*". Fazendo uma leitura do espaço e do mobiliário urbano, em muitos pontos similar ao contemporâneo trabalho de Gordon Cullen (CULLEN, 1971), eles identificam o valor e a atenção que é dado ao tratamento, aqui também na maior parte dos casos popular, do espaço público de cidades e aldeias portuguesas. Este trabalho permanecerá inédito até bem recentemente, mas é um interessante elemento de comparação entre o tratamento tradicional e a que podemos chamar nova onda de projetos do espaço urbano. O *Inquérito* irá identificar e registrar uma interessante tradição na intervenção da cidade, principalmente nas pequenas operações na paisagem urbana, quase sempre com enorme qualidade de desenho e de funcionalidade.

Excelente exemplo da pequena intervenção que qualifica o espaço é a delimitação e hierarquização dos Adros das Igrejas em alguns dos Largos e Ruas de Aldeias e Vilas, através do tratamento da pavimentação. O espaço do adro fica enobrecido e destacado do restante, como em Monsarraz e Castelo Mendo, pela simples diferenciação do desenho das pedras no chão.

As calçadas de pedra portuguesa, ou simplesmente calçadas portuguesas, como são denominadas em Portugal é outro exemplo do interesse por um tratamento plasticamente qualitativo na pavimentação do espaço urbano. É uma tradição surgida no século XIX e que recupera a idéia do piso de mosaico romano.

Nos últimos anos, arquitetos portugueses têm investido em projetos que partem da premissa de requalificar os espaços urbanos para estar induzindo a reabilitação dos seus centros históricos. Esta premissa, bastante discutível em inúmeros aspectos, tem já um número grande de operações que nos permitem fazer uma avaliação destes novos projetos urbanos.

históricos muito deve ao trabalho pioneiro de Kelvin Lynch (*A imagem da cidade*, 1960) e aos diversos estudiosos percepcionistas que a partir dos anos 1960 passaram a estudar as qualidades espaciais de ruas e praças segundo a percepção dos seus usuários.

Em Portugal, no rastro do sucesso do *Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa*, o arquiteto Francisco Pires Keil do Amaral (filho do Keil do Amaral idealizador do inquérito) e o escultor José Santa-Barbara resolvem realizar em 1963/64 um "*Inquérito ao Equipamento Urbano*". Fazendo uma leitura do espaço e do mobiliário urbano, em muitos pontos similar ao contemporâneo trabalho de Gordon Cullen (CULLEN, 1971), eles identificam o valor e a atenção que é dado ao tratamento, aqui também na maior parte dos casos popular, do espaço público de cidades e aldeias portuguesas. Este trabalho permanecerá inédito até bem recentemente, mas é um interessante elemento de comparação entre o tratamento tradicional e a que podemos chamar nova onda de projetos do espaço urbano. O *Inquérito* irá identificar e registrar uma interessante tradição na intervenção da cidade, principalmente nas pequenas operações na paisagem urbana, quase sempre com enorme qualidade de desenho e de funcionalidade.

Excelente exemplo da pequena intervenção que qualifica o espaço é a delimitação e hierarquização dos Adros das Igrejas em alguns dos Largos e Ruas de Aldeias e Vilas, através do tratamento da pavimentação. O espaço do adro fica enobrecido e destacado do restante, como em Monsarraz e Castelo Mendo, pela simples diferenciação do desenho das pedras no chão.

As calçadas de pedra portuguesa, ou simplesmente calçadas portuguesas, como são denominadas em Portugal é outro exemplo do interesse por um tratamento plasticamente qualitativo na pavimentação do espaço urbano. É uma tradição surgida no século XIX e que recupera a idéia do piso de mosaico romano.

Nos últimos anos, arquitetos portugueses têm investido em projetos que partem da premissa de requalificar os espaços urbanos para estar induzindo a reabilitação dos seus centros históricos. Esta premissa, bastante discutível em inúmeros aspectos, tem já um número grande de operações que nos permitem fazer uma avaliação destes novos projetos urbanos.

No Porto, a preparação da cidade para ser a capital da cultura europeia em 2001 vai ensejar o pretexto para a realização de grandes intervenções urbanísticas. A construção de grandes equipamentos culturais e o tratamento dos espaços urbanos foram a base dos projetos de transformação da cidade. Dos novos equipamentos o mais visível

No Porto, a preparação da cidade para ser a capital da cultura europeia em 2001 vai ensejar o pretexto para a realização de grandes intervenções urbanísticas. A construção de grandes equipamentos culturais e o tratamento dos espaços urbanos foram a base dos projetos de transformação da cidade. Dos novos equipamentos o mais visível em termos de mídia foi a Casa da Música de Rem Koolhaas. Curiosamente o edifício se insere numa perspectiva de estranhamento ao contexto urbano, exatamente na contramão da tradição recente da arquitetura portuguesa. Das infra-estruturas urbanas, o metro se tornou o eixo requalificador, não só melhorando a acessibilidade mas garantindo a revitalização das áreas onde se localizam as estações. Uma grande quantidade de ruas será objeto de redesenho, enfatizando a pavimentação em detrimento dos pequenos jardins existentes, remanescentes da tradição oitocentista. Este último aspecto empobreceu consideravelmente o projeto global, numa homogeneização desnecessária de ruas e praças.

Pavimentar pode ser, de fato, uma boa definição para o espírito que guia boa parte dos projetos realizados recentemente nos centros históricos portugueses.

Há uma grande ênfase na requalificação através do desenho de pavimentos, com releituras contemporâneas das calçadas portuguesas ou placas de mármore e granito, escadas tratadas com um forte caráter cenográfico para vencer os eventuais desníveis, e chafarizes que brotam do chão como elemento de atração urbana.

Os chafarizes viraram uma mania das Câmaras nos projetos de requalificação dos seus centros históricos. Se de um lado, trazer água para o espaço público, melhora as condições do seco clima mediterrâneo, por outro, a falta de critério tem espalhado estes elementos por grandes e pequenos largos, comprometendo a utilização do espaço dos menores.

Um projeto recente destaca-se da linha mais comum de operação. Através de um concurso vencido por Gonçalo Byrne, cujo objeto era a área em frente ao Mosteiro de Alcobaça, abadia de origem cisterciense declarado Patrimônio da Humanidade, é realizada a operação mais emblemática de requalificação do espaço público em Portugal nos últimos anos. A grande área vazia é o elo de conexão entre o complexo conventual e a cidade. Byrne propõe a reciclagem da idéia de Rossio com a transformação da área num imenso terreiro. O largo tinha uma urbanização característica da virada do século XIX para o XX: algumas árvores, muitos canteiros entremeados por calçadas portuguesas e bancos. O novo projeto parte para uma mudança de imagem radical, transformando tudo em

em termos de mídia foi a Casa da Música de Rem Koolhaas. Curiosamente o edifício se insere numa perspectiva de estranhamento ao contexto urbano, exatamente na contramão da tradição recente da arquitetura portuguesa. Das infra-estruturas urbanas, o metro se tornou o eixo requalificador, não só melhorando a acessibilidade mas garantindo a revitalização das áreas onde se localizam as estações. Uma grande quantidade de ruas será objeto de redesenho, enfatizando a pavimentação em detrimento dos pequenos jardins existentes, remanescentes da tradição oitocentista. Este último aspecto empobreceu consideravelmente o projeto global, numa homogeneização desnecessária de ruas e praças.

Pavimentar pode ser, de fato, uma boa definição para o espírito que guia boa parte dos projetos realizados recentemente nos centros históricos portugueses.

Há uma grande ênfase na requalificação através do desenho de pavimentos, com releituras contemporâneas das calçadas portuguesas ou placas de mármore e granito, escadas tratadas com um forte caráter cenográfico para vencer os eventuais desníveis, e chafarizes que brotam do chão como elemento de atração urbana.

Os chafarizes viraram uma mania das Câmaras nos projetos de requalificação dos seus centros históricos. Se de um lado, trazer água para o espaço público, melhora as condições do seco clima mediterrâneo, por outro, a falta de critério tem espalhado estes elementos por grandes e pequenos largos, comprometendo a utilização do espaço dos menores.

Um projeto recente destaca-se da linha mais comum de operação. Através de um concurso vencido por Gonçalo Byrne, cujo objeto era a área em frente ao Mosteiro de Alcobaça, abadia de origem cisterciense declarado Patrimônio da Humanidade, é realizada a operação mais emblemática de requalificação do espaço público em Portugal nos últimos anos. A grande área vazia é o elo de conexão entre o complexo conventual e a cidade. Byrne propõe a reciclagem da idéia de Rossio com a transformação da área num imenso terreiro. O largo tinha uma urbanização característica da virada do século XIX para o XX: algumas árvores, muitos canteiros entremeados por calçadas portuguesas e bancos. O novo projeto parte para uma mudança de imagem radical, transformando tudo em um imenso terreiro de saibro dividido por grandes canaletas de pedra. As canaletas de escoamento fazem referência ao papel da água na escolha do sítio do mosteiro, entre os rios Alcoa e Baça, e o saibro ao antigo rossio. Interessante no caso é como uma obra pensada a partir de referências as pré-existências históricas, se propõe de forma completamente inovadora em relação ao contexto de projetos e materiais utilizados na requalifi-

um imenso terreiro de saibro dividido por grandes canaletas de pedra. As canaletas de escoamento fazem referência ao papel da água na escolha do sítio do mosteiro, entre os rios Alcoa e Baça, e o saibro ao antigo rossio. Interessante no caso é como uma obra pensada a partir de referências as pré-existências históricas, se propõe de forma completamente inovadora em relação ao contexto de projetos e materiais utilizados na requalificação do espaço urbano em Portugal. Crítica e público encontram-se bastante divididos. De fato as pré-existências utilizadas no projeto são hipotéticas e já estavam perdidas da memória coletiva do lugar. A idéia do terreiro permitiu reciclar o Largo, dotando-o de condições para abrigar manifestações coletivas. Nenhuma concessão é feita a modelos de mobiliário urbano do passado. Tudo é reproposto dentro de uma nova identidade de desenho.

Programas financeiros recentes têm permitido a experimentação de soluções na requalificação urbana. O Programa Aldeias Históricas foi lançado em 1995 com objetivo de recuperar as antigas aldeias dotando-as de infra-estruturas que visam a requalificação urbanística e melhoria da acessibilidade. Inicialmente foram incluídas 10 aldeias, todas com características muito semelhantes combinando um processo de ocupação antigo (remontando em muitas delas ao período romano ou pré-romano) com uma atual situação de abandono e envelhecimento da sua população. Um grave problema para a conservação de sítios históricos em Portugal é o decréscimo populacional, principalmente nas aldeias rurais. A idéia do programa era dotar de atrativos turísticos e conforto para os moradores - e com isso tentar facilitar o re-povoamento destes núcleos. Então pequenas aldeias como Linhares da Beira, Castelo Mendo, Monsanto, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, que viviam um acelerado processo de desertificação, passam a ter na rearquitetura de ruas, largos e muralhas a aposta na recuperação de uma nova dinâmica urbana. As intervenções variam na escala e na capacidade de resolução, mas nelas podemos identificar algumas tendências que devem ser discutidas.

Um problema normalmente ligado ao turismo é a tendência a folclorização da paisagem. Em Linhares o peso da imagem de aldeia histórica de pedra da Beira irá induzir a redação, no plano de pormenor, da exigência da retirada, de todo o reboco das construções. Em Castelo Mendo, Monsanto, e na própria Linhares a escolha dos aparelhos de iluminação pública fica no meio do caminho entre o cenário e a tentativa de requalificação do espaço público. Todas contam com diferentes versões de aparelhos de iluminação cujos modelos remetem a desenhos

do espaço urbano em Portugal. Crítica e público encontram-se bastante divididos. De fato as pré-existências utilizadas no projeto são hipotéticas e já estavam perdidas da memória coletiva do lugar. A idéia do terreiro permitiu reciclar o Largo, dotando-o de condições para abrigar manifestações coletivas. Nenhuma concessão é feita a modelos de mobiliário urbano do passado. Tudo é reproposto dentro de uma nova identidade de desenho.

Programas financeiros recentes têm permitido a experimentação de soluções na requalificação urbana. O Programa Aldeias Históricas foi lançado em 1995 com objetivo de recuperar as antigas aldeias dotando-as de infra-estruturas que visam a requalificação urbanística e melhoria da acessibilidade. Inicialmente foram incluídas 10 aldeias, todas com características muito semelhantes combinando um processo de ocupação antigo (remontando em muitas delas ao período romano ou pré-romano) com uma atual situação de abandono e envelhecimento da sua população. Um grave problema para a conservação de sítios históricos em Portugal é o decréscimo populacional, principalmente nas aldeias rurais. A idéia do programa era dotar de atrativos turísticos e conforto para os moradores - e com isso tentar facilitar o re-povoamento destes núcleos. Então pequenas aldeias como Linhares da Beira, Castelo Mendo, Monsanto, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, que viviam um acelerado processo de desertificação, passam a ter na rearquitetura de ruas, largos e muralhas a aposta na recuperação de uma nova dinâmica urbana. As intervenções variam na escala e na capacidade de resolução, mas nelas podemos identificar algumas tendências que devem ser discutidas.

Um problema normalmente ligado ao turismo é a tendência a folclorização da paisagem. Em Linhares o peso da imagem de aldeia histórica de pedra da Beira irá induzir a redação, no plano de pormenor, da exigência da retirada, de todo o reboco das construções. Em Castelo Mendo, Monsanto, e na própria Linhares a escolha dos aparelhos de iluminação pública fica no meio do caminho entre o cenário e a tentativa de requalificação do espaço público. Todas contam com diferentes versões de aparelhos de iluminação cujos modelos remetem a desenhos do século XIX e início do XX. Esta é na realidade uma tendência da maioria dos centros históricos, sejam europeus, sejam latino americanos. No caso destas aldeias, o que talvez torne, mais folclórica a opção é quando pensamos no caráter fortemente rural dessas, isto é, nenhuma delas jamais deve ter tido iluminação pública no período ao que o desenho das "novas" luminárias alude. Já na opção contemporânea das luminárias de Castelo Rodrigo e Idanha-a-Velha, fica reforçada a imagem rural e vetusta destas aldeias.

do século XIX e início do XX. Esta é na realidade uma tendência da maioria dos centros históricos, sejam europeus, sejam latino americanos. No caso destas aldeias, o que talvez torne, mais folclórica a opção é quando pensamos no carácter fortemente rural dessas, isto é, nenhuma delas jamais deve ter tido iluminação pública no período ao que o desenho das “novas” luminárias alude. Já na opção contemporânea das luminárias de Castelo Rodrigo e Idanha-a-Velha, fica reforçada a imagem rural e vetusta destas aldeias.

As intervenções realizadas em Idanha-a-Velha, merecem um maior aprofundamento aqui. Não só pela complexidade e extensão, se comparada às outras aldeias objeto do programa, mas também pelo carácter fortemente museográfico, da intervenção, dado pelo projeto de Alexandre Alves Costa e Atelier 15. De origem romana e posterior ocupação visigótica, a pequena aldeia reúne no seu território uma grande quantidade de testemunhos das ocupações anteriores. Monumento Nacional desde 1997, tem sido objeto de pesquisa arqueológica nos últimos anos. O projeto irá exatamente trabalhar a partir da informação acumulada pela pesquisa. O tratamento expositivo contemporâneo estará presente, nas muralhas e no sítio arqueológico em torno da Sé, com a utilização de estruturas metálicas nos percursos de visita. A arqueologia informa a reconstrução, em forma alusiva, dos torreões não mais existentes, no trecho da muralha percorrido pelo passadiço de visita, que funciona como mirante e acesso à aldeia.

Uma construção metálica, depósito de epígrafes, marca o contraste entre o antigo e o contemporâneo nas proximidades do sítio arqueológico da Sé. Misto de laboratório e pavilhão expositivo reforça a intenção museográfica das novas intervenções. Na intervenção do quotidiano da aldeia propriamente dita, algumas casas são recuperadas para desempenhar função pública - posto de saúde, junta da freguesia, posto de turismo. Externamente às muralhas são criados equipamentos para campo de feira e praça de touros, procurando incentivar as atividades de uma dinâmica sazonal, ainda existente na aldeia esvaziada - o censo de 2001 indicava 79 habitantes.

Não temos indicativos de que os recentes programas de requalificação do espaços público possam diminuir o acelerado processo de desertificação que vivem as aldeias do centro de Portugal. A aposta no turismo que pode garantir a conservação das edificações não garante a re-ocupação das aldeias. Este é o maior desafio que a requalificação deve enfrentar em Portugal nestas áreas.

Musealizar ou adequar a cidade antiga à vida mo-

As intervenções realizadas em Idanha-a-Velha, merecem um maior aprofundamento aqui. Não só pela complexidade e extensão, se comparada às outras aldeias objeto do programa, mas também pelo carácter fortemente museográfico, da intervenção, dado pelo projeto de Alexandre Alves Costa e Atelier 15. De origem romana e posterior ocupação visigótica, a pequena aldeia reúne no seu território uma grande quantidade de testemunhos das ocupações anteriores. Monumento Nacional desde 1997, tem sido objeto de pesquisa arqueológica nos últimos anos. O projeto irá exatamente trabalhar a partir da informação acumulada pela pesquisa. O tratamento expositivo contemporâneo estará presente, nas muralhas e no sítio arqueológico em torno da Sé, com a utilização de estruturas metálicas nos percursos de visita. A arqueologia informa a reconstrução, em forma alusiva, dos torreões não mais existentes, no trecho da muralha percorrido pelo passadiço de visita, que funciona como mirante e acesso à aldeia.

Uma construção metálica, depósito de epígrafes, marca o contraste entre o antigo e o contemporâneo nas proximidades do sítio arqueológico da Sé. Misto de laboratório e pavilhão expositivo reforça a intenção museográfica das novas intervenções. Na intervenção do quotidiano da aldeia propriamente dita, algumas casas são recuperadas para desempenhar função pública - posto de saúde, junta da freguesia, posto de turismo. Externamente às muralhas são criados equipamentos para campo de feira e praça de touros, procurando incentivar as atividades de uma dinâmica sazonal, ainda existente na aldeia esvaziada - o censo de 2001 indicava 79 habitantes.

Não temos indicativos de que os recentes programas de requalificação do espaços público possam diminuir o acelerado processo de desertificação que vivem as aldeias do centro de Portugal. A aposta no turismo que pode garantir a conservação das edificações não garante a re-ocupação das aldeias. Este é o maior desafio que a requalificação deve enfrentar em Portugal nestas áreas.

Musealizar ou adequar a cidade antiga à vida moderna. Na realidade as duas perspectivas são muito mais próximas do que temos considerado. Projetar o espaço urbano da cidade antiga se torna portanto um desafio quando queremos garantir a valorização dos conjuntos edificados, sem caminhar para o erro fácil da produção do cenário nostálgico do passado. As considerações do presente texto sobre a experiência portuguesa recente, na qual o espaço urbano tem sido objeto de muito projeto, podem representar uma contribuição interessante a essa reflexão e à situação brasileira.

Com raríssimas exceções o espaço urbano de nossas

derna. Na realidade as duas perspectivas são muito mais próximas do que temos considerado. Projetar o espaço urbano da cidade antiga se torna portanto um desafio quando queremos garantir a valorização dos conjuntos edificados, sem caminhar para o erro fácil da produção do cenário nostálgico do passado. As considerações do presente texto sobre a experiência portuguesa recente, na qual o espaço urbano tem sido objeto de muito projeto, podem representar uma contribuição interessante a essa reflexão e à situação brasileira.

Com raríssimas exceções o espaço urbano de nossas antigas cidades não é objeto de projeto, ao contrário temos pouquíssimas experiências que enfrentam claramente os problemas do desenho de ruas, largos e rossios dos nossos centros históricos. Tiradentes em Minas Gerais permanece ainda como o isolado triunfo, nos sensíveis projetos de Burl-Marx para os seus largos, nos quais o verde desenha o espaço. Salvador, com a recuperação do Pelourinho, optou pela folclorização das novas praças e interiores de quadras, numa redução alegórica da "baianidade" - cores e mosaicos numa versão afro-brasileira de Gaudi. A pedonalização ainda é um modelo bastante utilizado e que sacrifica a relação do conjunto edificado com a rua. Contra-corrente e procurando compatibilizar a rua de pedestres com a rua tradicional, o Rio de Janeiro tem recuperado o perfil de calçada, meio fio e pista de rolamento nas áreas pedonalizadas do centro.

Construir uma cultura de projeto do espaço urbano é um desafio do ensino de arquitetura. A prática demonstra que o bom mobiliário é aquele que conjuga uma ótima funcionalidade aliada a capacidade de contar pouco na paisagem. No caso da cidade antiga essa capacidade deve ser especialmente considerada. Imitar modelos do passado, não é de forma alguma contar pouco. Operações radicais como o projeto de Gonçalo Byrne para Alcobaça, permitem uma nova compreensão e valorização dos espaços históricos, entendidos não como algo que passou e sim como algo em processo de constante re-apropriação pelo conjunto de seus usuários.

antigas cidades não é objeto de projeto, ao contrário temos pouquíssimas experiências que enfrentam claramente os problemas do desenho de ruas, largos e rossios dos nossos centros históricos. Tiradentes em Minas Gerais permanece ainda como o isolado triunfo, nos sensíveis projetos de Burl-Marx para os seus largos, nos quais o verde desenha o espaço. Salvador, com a recuperação do Pelourinho, optou pela folclorização das novas praças e interiores de quadras, numa redução alegórica da "baianidade" - cores e mosaicos numa versão afro-brasileira de Gaudi. A pedonalização ainda é um modelo bastante utilizado e que sacrifica a relação do conjunto edificado com a rua. Contra-corrente e procurando compatibilizar a rua de pedestres com a rua tradicional, o Rio de Janeiro tem recuperado o perfil de calçada, meio fio e pista de rolamento nas áreas pedonalizadas do centro.

Construir uma cultura de projeto do espaço urbano é um desafio do ensino de arquitetura. A prática demonstra que o bom mobiliário é aquele que conjuga uma ótima funcionalidade aliada a capacidade de contar pouco na paisagem. No caso da cidade antiga essa capacidade deve ser especialmente considerada. Imitar modelos do passado, não é de forma alguma contar pouco. Operações radicais como o projeto de Gonçalo Byrne para Alcobaça, permitem uma nova compreensão e valorização dos espaços históricos, entendidos não como algo que passou e sim como algo em processo de constante re-apropriação pelo conjunto de seus usuários.

## BIBLIOGRAFIA

- AAVV, Registos de uma transformação, Porto, Porto 2001 S.A., 2002.
- AMARAL Francisco Pires Keil e SANTA-BARBARA José, Mobiliário dos Espaços Urbanos em Portugal, Mirandela, João Alves Editor, 2002.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES, Arquitectura Popular em Portugal, Lisboa, 1980, 2 ed.
- BASILICO Gabriele, Arquitectura em Portugal, Porto, Dafne Editora, 2006.
- BYRNE Gonçalo, CAMPOS, João Pedro Falcão, Requalificação urbana da zona envolvente do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Arquitectura Ibérica, Requalificação Urbana, n.18, p. 134-149, janeiro 2007.
- CULLEN Gordon. Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70, 2004.
- LAMAS José Manuel Ressano Garcia, Valorização da cerca do Castelo da Vila de Óbidos, Arquitectura Ibérica, Reabilitação, n. 12, p. 198-205, janeiro/fevereiro 2006.
- MILHEIROS Ana Vaz, Habitar Portugal, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2005.
- PORTAS Nuno, DOMINGUES Álvaro, CABRAL João, Políticas Urbanas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- TOSTÕES Ana, Moderno e nacional na arquitetura portuguesa. A descoberta da Modernidade brasileira. In: PESSOA J., VASCONCELLOS E., REIS E., LOBO M., Moderno e Nacional. Niterói: Eduff, 2006.
- VILLAR Miguel, Recuperar, reforçar, requalificar, reabilitar, Arquitectura Iberica, Reabilitação, n.19, p. 18-31, março 2007.

*Recebido: agosto/2009.*  
*Aprovado: novembro/2009.*

## BIBLIOGRAFIA

- AAVV, Registos de uma transformação, Porto, Porto 2001 S.A., 2002.
- AMARAL Francisco Pires Keil e SANTA-BARBARA José, Mobiliário dos Espaços Urbanos em Portugal, Mirandela, João Alves Editor, 2002.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES, Arquitectura Popular em Portugal, Lisboa, 1980, 2 ed.
- BASILICO Gabriele, Arquitectura em Portugal, Porto, Dafne Editora, 2006.
- BYRNE Gonçalo, CAMPOS, João Pedro Falcão, Requalificação urbana da zona envolvente do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Arquitectura Ibérica, Requalificação Urbana, n.18, p. 134-149, janeiro 2007.
- CULLEN Gordon. Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70, 2004.
- LAMAS José Manuel Ressano Garcia, Valorização da cerca do Castelo da Vila de Óbidos, Arquitectura Ibérica, Reabilitação, n. 12, p. 198-205, janeiro/fevereiro 2006.
- MILHEIROS Ana Vaz, Habitar Portugal, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2005.
- PORTAS Nuno, DOMINGUES Álvaro, CABRAL João, Políticas Urbanas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- TOSTÕES Ana, Moderno e nacional na arquitetura portuguesa. A descoberta da Modernidade brasileira. In: PESSOA J., VASCONCELLOS E., REIS E., LOBO M., Moderno e Nacional. Niterói: Eduff, 2006.
- VILLAR Miguel, Recuperar, reforçar, requalificar, reabilitar, Arquitectura Iberica, Reabilitação, n.19, p. 18-31, março 2007.

*Received: august/2009.*  
*Approved: november/2009.*